

## EMANCIPAÇÕES

## Deputados contra novas cidades

Parlamentares do Estado defenderam que o projeto aprovado no Senado é eleitoreiro e que não há recursos para tal medida

Guto Netto

Deputados capixabas enxergam a decisão do Congresso Nacional como uma medida eleitoreira e condenam a criação de novos municípios em todo o País, alegando não haver recursos para tal medida. Somente no Espírito Santo, 12 novas cidades podem surgir.

O Senado Federal aprovou na noite da última quarta-feira o texto do Projeto de Lei Complementar que permite a criação de novas cidades mediante um estudo de viabilidade e com uma série de exigências a serem cumpridas para o aparecimento da nova municipalidade.

Ainda assim, o deputado estadual Marcelo Santos (PMDB) vê a criação de novos municípios como o surgimento de novos problemas.

“É o maior equívoco que o Senado cometeu diante da crise que passa os municípios. Eles pensaram apenas nas eleições. Aumentar as cidades é aumentar a pobreza. Discutir emancipação hoje é o ato mais irresponsável que o cidadão pode tomar”, declarou.

O peemedebista, que também é membro da Comissão de Justiça da Assembleia Legislativa, já adianta seu voto. “Quando os projetos que já estão tramitando aqui passarem pela comissão receberão meu voto negativo.”

Luzia Toledo, líder do PMDB, acredita que a emancipação só terá sucesso com a iniciativa privada.

“Há o caso de Pedra Azul, em Domingos Martins, que cresceu com a iniciativa privada em parceria com a administração pública, mas as prefeituras estão passando por uma penúria terrível e não teria como bancar novas estruturas. É um erro aumentar o número de cidades”, declarou.

Vice-líder de governo na Assembleia, Atayde Armani (DEM) chama a atenção do momento econômico para as gestões municipais.

“Sou totalmente contrário à criação de novas cidades. Os municípios estão falidos. Foi uma decisão demagoga e politiqueria. Temos que pensar em reduzir custos, não em aumentá-los. Não há necessidade disso agora.”

Por outro lado, o deputado Josias da Vitória, líder do PDT na Casa, acredita no poder dos critérios prévios. “Com a medida, o povo terá mais segurança para que não sejam criados municípios sem equilíbrio ou independência. Os políticos precisam ouvir a voz do povo, pois é a independência que faz a sociedade melhorar”, defendeu Da Vitória.



MARCELO SANTOS é contra: “É o maior equívoco que o Senado cometeu diante da crise que passa os municípios”

## O QUE ELES DIZEM



“O Brasil precisa pensar em união para vencer as barreiras. Fragmentar dificulta o cenário ainda mais”

Claudio Vereza (PT)



“O que faz o município crescer é a independência. Isso é a vontade do povo e precisa ser ouvida”

Josias da Vitória (PDT)



“É um erro criar novas cidades, aumentando gastos. Prefeituras passam por uma penúria terrível”

Luzia Toledo (PMDB)

## ENTENDA O CASO

## Exigências da lei

- > O REQUERIMENTO para se emancipar deverá ser feito por 20% dos eleitores residentes na área diretamente afetada, no caso de criação ou desmembramento, ou 10%, caso de fusão ou incorporação.
- > TANTO o município a ser criado quanto o município preexistente terão de ter população igual ou superior ao mínimo da região, que no Sudeste é de 12 mil habitantes.
- > UM ESTUDO deverá abordar as viabilidades econômico-financeira, político-administrativa, socioambiental e urbana, tanto do município preexistente quanto da cidade que será criada.
- > APROVADO o estudo e com os requisitos preenchidos, haverá um plebiscito para a população opinar.

## Gasto de R\$ 20 milhões

Estudo feito pelo deputado federal Chico Alencar (Psol-RJ) baseado em dados dos municípios criados nos últimos 10 anos, apontou uma quantia mínima de R\$ 20 milhões por ano para custeio da máquina pública de cada cidade. “O interesse nessa lei é eleitoreiro. Lembro que, quando o projeto passou pela Câmara, as galerias estavam repletas de pessoas com interesses em cargos que seriam criados. O discurso utilizado de que a qualidade de vida vai melhorar é leviano”, atacou o carioca.

Segundo o parlamentar, o Brasil conta hoje com 5.567 cidades com toda a estrutura montada e que mesmo assim não estão conseguindo honrar com seus compromissos financeiros.

“Depois de passar pela Câmara e pelo Senado com larga vitória, não vejo outro fim se não a sanção da Presidente (Dilma Rousseff), mas temos que lembrar que nem os fundos de repasse federal e estadual estão dando conta do que já existe hoje”, disse.

Alencar destacou que existem hoje cerca de 410 pedidos de emancipação pelo Brasil, o que significa um gasto futuro de R\$ 8 bilhões anuais aos cofres públicos, caso eles sejam emancipados.

“Desses que estão na fila, vejo apenas uns 25 que têm condições de se emancipar. Temos que reverter a tradição e a fome do brasileiro de criar e engordar a máquina pública para conseguir cargos e salários”, afirmou.

## Pelo menos 26 bairros estão na expectativa da criação

Pelo menos 26 bairros da Grande Vitória aguardam a decisão final de Brasília para que possam requerer emancipação. Somente em Vila Velha, 25 bairros da região conhecida como Grande Jucu vão lutar pela separação.

Outra região que gostaria de virar cidade é Nova Rosa da Penha, em Cariacica. Mas a presidente da Associação de Moradores do bairro, Odirléa Ferreira, disse que é preciso cautela. “Se o projeto for sancionado, teremos que discutir, pois temos que ver se teremos condições de arcar com as despesas.”

Defensor da criação da Cidade da Barra do Jucu, desmembrando a região conhecida como Grande Jucu – que engloba Barra do Jucu e a região de Terra Vermelha – o vereador de Vila Velha Valter Ricon (PDT) está entusiasmado com a decisão do Senado.

“Já estamos com cerca de três mil assinaturas. Assim que a Presidente sancionar a lei entraremos com requerimento na Assembleia. Se for criada, a cidade já chegará como a 10ª maior do Estado.”

O prefeito de Cachoeiro, Carlos Castiglione (PT), disse que está apreensivo. “No momento em que vivemos, com essa crise financeira nos municípios, chega a ser desrespeitosa essa aprovação.”

Para o petista, a solução seria outra. “Os distritos querem a separação por se sentirem abandonados pela administração pública. O ideal é aumentar investimentos nesses locais.”

## ANÁLISE

Augusto Mansur,  
professor de Direito Administrativo  
e Tributário da UVV

## “Essa medida é como um tiro no pé”

“Sou contra a criação de novos municípios. Na distribuição de impostos prevista na Constituição Federal, os municípios ficam com a menor parte. Dessa forma, os municípios vivem de repasses federais e estaduais.

Criando novos municípios, teremos mais estruturas para serem sustentadas com esses repasses. Havendo uma divisão desses valores.

Essa medida é como um tiro no pé. O que se ganha é um gasto maior com custeio da máquina administrativa. Não há ganho de receita.

Eu, como morador de Vila Velha, não sou favorável à separação da cidade.”